

## Eugenia, pensamento social e discursos identitários no Brasil: entre “heróis capengas”, “urupês de pau podre” e “manchas loiras”

Eugenics, social thought and identity discourses in Brazil: between “heróis capengas” (stumbling heroes), “urupês de pau podre” (wood ear mushrooms) and “manchas loiras” (blond spots)

Maria Julieta Weber\*

<https://orcid.org/0000-0001-6172-8597>

### Resumo

O estudo teve como objetivo tratar dos debates eugênicos e das suas repercussões no pensamento social brasileiro, especialmente no que diz respeito aos discursos identitários de cunho nacional e regional. Nesse sentido, tratou-se de conceitualizações recorrentes em torno de personagens emblemáticos da literatura brasileira como o “Jeca Tatu”, de Monteiro Lobato (1882-1948), e “Macunaíma”, de Mário de Andrade (1893-1945). Na primeira parte, discutiu-se sobre as relações da eugenia no pensamento social, relacionando elementos referentes ao sanitarismo, ao higienismo e à construção identitária nacional; na segunda parte, abordou-se sobre a produção intelectual de representação identitária no Sul do Brasil nas argumentações de Bento Munhoz da Rocha Netto (1905-1973) e Wilson Martins (1921-2010), ambos escritores paranaenses, políticos, professores universitários e que estabeleceram uma contraposição ao modelo teórico de orientação regionalista sobre a formação brasileira elaborada por Gilberto Freyre (1900-1987). A proposição deste artigo foi, portanto, desenraizar o passado e trazer ao debate as apropriações dessas produções aos princípios eugenistas, a fim de discernir sobre o alcance historiográfico das idealizações identitárias tratadas.

**Palavras-chave:** Eugenia. Pensamento Social. Discursos Identitários. Paraná. Brasil.

---

\* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professora Associada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, vinculada ao Departamento de Educação, ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Investigadora do Grupo 1 - História, Memória, Políticas Públicas do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. E-mail: julieta.weber@yahoo.com.br

### Abstract

The study aimed to address the eugenic debates and their repercussions in Brazilian social thought and in national and regional identity discourses. In this sense, it dealt with recurrent conceptualizations around emblematic characters of Brazilian literature, such as Monteiro Lobato's "Jeca Tatu" (1882-1948) and Mário de Andrade's "Macunaíma" (1893-1945). In the first part, the relations of eugenics in social thought were discussed, relating elements referring to sanitarianism, hygiene, and national identity construction; in the second part, the intellectual production of identity representation in southern Brazil was addressed in the arguments of Bento Munhoz da Rocha Netto (1905-1973) and Wilson Martins (1921-2010), both writers from Paraná, politicians, university professors, who established a counterpoint to the regionalist theoretical model on Brazilian formation elaborated by Gilberto Freyre (1900-1987). The proposition of this article was, therefore, to uproot the past and bring to debate the appropriations of these productions of eugenic principles, in order to discern the historiographical scope of the identity idealizations treated.

**Keywords:** Eugenics. Social Thought. Identity Discourses. Paraná. Brazil.

## Introdução

O artigo trata dos debates eugênicos e das suas repercussões no pensamento social brasileiro, especialmente no que diz respeito aos discursos identitários de cunho nacional e regional. A noção de região aqui abordada é um desdobramento de pesquisas realizadas anteriormente pela autora, em que se analisou a constituição de um discurso legítimo de formação social e histórica paranaense<sup>1</sup>, assim como a produção intelectual de um Paraná loiro e europeu<sup>2</sup>. Estudos estes que apontaram para a produção, circulação e apropriação de ideias em torno de idealizações identitárias, a exemplo de uma suposta "mancha loira" na região Sul do Brasil ou de um Paraná considerado como um "Brasil diferente", o que acabou por repercutir, notadamente, em uma determinada escrita da história regional.

---

<sup>1</sup> WEBER, Maria Julieta. *Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional de formação social e histórica paranaense*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

<sup>2</sup> WEBER, Maria Julieta. "Produção intelectual de um Paraná loiro e europeu: o Brasil que nunca foi diferente" In SUASNÁBAR, Claudio; WEBER, Maria Julieta; OLIVEIRA, Natália Cristina de (Orgs.). *Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais: educação, intervenções e culturas*. Porto Alegre, RS: FI, pp. 211-237, 2022.

Tais argumentações foram recorrentes na produção de alguns intelectuais de expressão nas esferas política, educacional e científica, especialmente no contexto brasileiro de meados século XX. Dentre os intelectuais abordados, ressaltem-se Bento Munhoz da Rocha Netto<sup>3</sup> e Wilson Martins<sup>4</sup>, ambos escritores paranaenses, políticos e professores universitários. Intelectuais, portanto, publicamente reconhecidos e que estabeleceram uma contraposição ao modelo teórico de orientação regionalista sobre a formação brasileira elaborada por Gilberto Freyre (1900-1987).

A começar por Bento Munhoz da Rocha Netto, para este, o Sul seria “branco” e o Paraná a “mancha loira do Sul do Brasil”. No tocante à questão do mestiçamento, conforme tratada por Gilberto Freyre, para Bento Munhoz da Rocha Netto haveria um contraste nas populações do Sul ao que sustentava constituir-se numa região diversificada em face de uma suposta normalidade brasileira, tendo em conta o fluxo de imigrantes de cor branca ao Sul do Brasil. O referido autor apropriou-se do modelo de análise de Gilberto Freyre, porém, invertendo a questão pela herança da imigração europeia de cor branca ao Sul do Brasil. Nessa inversão analítica da teoria de Gilberto Freyre<sup>5</sup>, argumentava, por exemplo, a necessidade de um culto à “Mãe Loira” em contraposição ao culto da “Mãe Preta”, como uma consagração aos traços loiros em contestação à ideia de mestiçagem. Entretanto, defendia que o critério não seria racial, mas

<sup>3</sup> Bento Munhoz da Rocha Netto (1905-1973) foi professor catedrático na Universidade do Paraná (atualmente UFPR), ocupando a cadeira de História da América. Em sua trajetória, foi filiado ao Partido Republicano Paranaense — PRP, sendo Deputado Federal Constituinte em 1946, Governador do Estado do Paraná de 1951-1954, Ministro da Agricultura de 1954-1955 e Deputado Federal de 1959-1963. O PRP havia também se mantido no poder com Caetano Munhoz da Rocha, seu pai, durante os períodos de 1920-1924 e 1924-1928, num revezamento de poder familiar durante a Primeira República com Affonso Alves de Camargo, também do PRP, e que governou o Paraná de 1916-1920 e 1928-1930.

<sup>4</sup> Wilson Martins (1921-2010) foi crítico literário e professor catedrático na área da Literatura na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi também professor na Universidade de Nova York. Nos anos de 1943 e 1944, ocupou o cargo de oficial de gabinete de Manoel Ribas (este último foi nomeado interventor do Paraná, em 1932, e esteve à frente do governo estadual durante o longo período de 1932-1945, destacando-se como um dos grandes apoiadores de Getúlio Vargas). Posteriormente, Wilson Martins aproximaria-se da corrente política liderada por Bento Munhoz da Rocha Netto.

<sup>5</sup> Gilberto Freyre, no prefácio, escrito inicialmente em Lisboa no ano de 1931, à primeira edição do livro *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, publicado em 1933, indicava, a partir de seu contato com o antropólogo Franz Boas (1858-1942), o que argumentou por “fundamental diferença entre raça e cultura”, bem como “os efeitos de relações puramente genéticas e os de influência sociais, de herança cultural e de meio”. Vale salientar que a referida obra foi dividida em 5 capítulos, contemplando: I Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida; II O indígena na formação da família brasileira; III O colonizador português: antecedentes e predisposições; IV O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro; V O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro (continuação). FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006, p. 32.

cultural, o que evidencia um emaranhado de apropriações conceituais entre raça e cultura, ou seja, para o intelectual paranaense o critério seria cultural, porém a partir de critérios raciais ao categorizar o argumento pela cor.

Já Wilson Martins escreveu um ensaio de ampla repercussão no âmbito regional, denominado por “Um Brasil Diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná”. Defendia a ideia de “Um Brasil diferente” na formação do Paraná enquanto uma “civilização original”, pois, segundo o autor, a história do Paraná havia sido constituída “Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira”<sup>6</sup>. Evidenciou aspectos raciais em defesa de um “tipo físico” paranaense, para o qual a presença do imigrante de cor branca teria sido fundamental na formação meridional do Brasil.

No que se refere à inversão de análise apontada a partir de Gilberto Freyre, tanto Wilson Martins como Bento Munhoz da Rocha Netto não questionaram e, sim, reforçaram o valor de consagração do luso-tropicalismo, tese que formulou enunciados a partir de pressupostos culturais que ora amenizaram, ora docilizaram relações de dominação e colonização. De acordo com Patrícia Ferraz de Matos, a tese luso-tropicalista de Gilberto Freyre amparou-se no argumento de que “os portugueses, por terem recebido várias influências, inclusive do Norte de África, eram mais propensos a misturar-se amigavelmente com outros povos”; tese esta pensada nos anos de 1930, porém incorporada nos anos de 1950 pelo no regime do Estado Novo em Portugal (1933-1974), com o intuito de dar “legitimidade para perpetuar a violência colonial com base racial”<sup>7</sup>. Ressalte-se que o estudo da alegada plasticidade portuguesa fornece indicativos para que se possam desnaturalizar produções intelectuais que tomam como premissa diferenciações culturais por caracteres de pigmentação.

Assim, o ensejo em revisitar tais concepções e delimitar um recorte regional, tem como premissa desenraizar preconceitos. Ideias de um “Brasil diferente” ou de uma “mancha loira” representaram em seu contexto de produção (meados do século XX), uma linguagem legítima e, por conseguinte, autorizada, pois definidora de diretrizes para estudos da história regional, mas que se insere em um projeto mais amplo de pensar critérios de formação nacional e de enquadrar tais parâmetros aos diferentes pertencimentos

<sup>6</sup> MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989, p. 446.

<sup>7</sup> MATOS, Patrícia Ferraz de. “As cores do racismo português: do colonialismo à actualidade” In *Público*, 31 de janeiro de 2021, Ano XXXI, n. 11237, 2021, pp. 16-17.

territoriais do país. Um importante exemplo deste tipo de abordagem discursiva foi concebido Oliveira Viana (1883-1951), autor referenciado por Bento Munhoz da Rocha Netto e Wilson Martins. Em *Populações Meridionais do Brasil*, obra publicada no ano de 1918, Viana tratou da formação histórica e da herança latifundiária e rural no Brasil, referindo-se à composição étnica brasileira e ao “mestiço” como um “produto histórico dos latifúndios”, atentando para o que denomina por “gênese” na “formação da própria nacionalidade”<sup>8</sup>. Notem-se a figura do “luso” como aquele que ao vir “sozinho e solteiro” encontra para o seu “desafogo sexual”, “vastos e grosseiros gineceus”, ou “senzalas fazendeiras”, lugar de encontro da “salacidade frascária do luso” com as figuras idílicas da “índia lânguida e meiga” e da “negra, ardente, amorosa”<sup>9</sup>:

Dentre os representantes dos três grupos étnicos, concorrentes no latifúndio, é o luso o único que vem sozinho e solteiro, na sua qualidade de homem de aventura. Mergulhado no esplendor da natureza tropical, com os nervos hiperestesiados pela ardência dos nossos sóis, ele é atraído, na procura do desafogo sexual, para esses vastos e grosseiros gineceus, que são as senzalas fazendeiras. Estas regurgitam de um femeaço sadio e forte, onde, ao par da índia lânguida e meiga, de formas aristocráticas e belas, figura a negra, ardente, amorosa, prolífica, seduzindo, pelas suas capacidades de caseira excelente, a salacidade frascária do luso<sup>10</sup>.

O presente artigo tem como objetivo, portanto, dessacralizar discursos que outrora foram produzidos e divulgados por intelectuais representativos no pensamento social brasileiro e tidos como consagrados. Averiguar como tais argumentos incidiram na formação de preconceitos é também desenraizar conceitualizações em torno do embate entre “raça” e cultura. Argumentações, portanto, discriminatórias desde as suas concepções ou, poderia dizer-se mais apropriadamente, preconceituosas e disseminadoras de confusões conceituais.

Importante também perceber que a análise de alguns dos posicionamentos dessa intelectualidade letrada podem ser compreendidos pelo que Mbembe, ao tratar da crítica da razão negra, aponta por “delírio de raça”<sup>11</sup>. Delírio este constituído por um tipo de “loucura codificada” justamente por tratar-se de uma codificação que outorga “à pele e à cor o estatuto de uma

<sup>8</sup> VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. (Edições do Senado Federal, v. 27). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005 [1918], p. 128.

<sup>9</sup> Optou-se pela transcrição literal dos autores, mantendo, dessa maneira, a grafia original.

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 11.

ficção de cariz biológico”. Esse modelo de codificação diz respeito também às caracterizações identitárias na região Sul do Brasil, pois ao sustentar-se a identificação do paranaense como “diferente” das outras regiões do país, definia-se idealmente o aspecto “loiro” da população. É importante perceber que essas argumentações dos intelectuais referidos neste artigo, configuram-se como um desdobramento cultural de análise, mas em sua essência estão intrinsecamente relacionados aos debates higiênicos e aos propósitos eugenistas sedimentados pelo pensamento social desde o contexto das campanhas sanitaristas no Brasil. É o que irá se tratar a seguir.

### **Eugenia e pensamento social: um “Brasil doente” em uma “natureza brasílica”**

As primeiras décadas do século XX foram cruciais para a produção e a circulação do pensamento eugênico, assim como para ideias e projetos sobre higiene racial, mental e escolar, bem como de propagações das campanhas sanitaristas pelo país. No entanto, as produções intelectuais decorrentes dos movimentos que veicularam ideias eugênicas podem ser redimensionadas pelas interconexões entre Europa e Américas desde as primeiras décadas do século XX.

Como demonstrativo das produções e circulações de ideias a partir dos movimentos eugênicos, é instigante pensar os lugares e os contextos de criação das sociedades eugênicas. Tais sociedades valiam-se de abordagens relacionadas à seletividade social, amparadas em análises antropométricas que desencadeavam propostas e diretrizes de profilaxia mental e métodos contraceptivos visando o aperfeiçoamento genético, bem como projetos pedagógicos de educação eugênica do que se pressupunha por melhores condições de ensino aos denominados “bem dotados”.

A título de exemplificação, no continente europeu foram criadas a Sociedade de Higiene Racial (Alemanha, 1905), a Sociedade de Educação Higiênica (Inglaterra, 1907), a Sociedade Eugênica Francesa (França, 1912), o Instituto Estatal de Biologia Racial (Suécia, 1922) e a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos (Portugal, 1937, porém com estatutos aprovados desde 1934). Nas Américas foi criado um Escritório de Registros de Eugenia (Estados Unidos, 1910); a Sociedade Eugênica de São Paulo (Brasil, 1918); a Liga Brasileira de Higiene Mental e o Instituto Brasileiro de Eugenia, posteriormente, em 1931, Comissão Central Brasileira de Eugenia (Brasil, 1923 e 1929, respectivamente); a Sociedade Eugênica Mexicana para o Melhoramento

da Raça (México, 1931) e a Associação Argentina de Biotipologia, Eugenia e Medicina Social (Argentina, 1932).

Importante citar a realização, em 1912, do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia em Londres; em 1921, a criação da Federação Internacional de Sociedades Eugênicas; e, em 1935, a Federação Latina Internacional de Sociedades Eugênicas, com países integrantes de uma comunidade cultural e linguística dita latina, destacando-se a atuação do estatístico e eugenista Corrado Gini (1884-1965), que foi também diretor do Comitê Italiano para o Estudo dos Problemas da População. Comitê este que tinha como objetivo a realização de expedições científicas entre os anos 1933 e 1940 e cujas pesquisas supunham critérios sobre a “degeneração” das então consideradas raças humanas<sup>12</sup>.

As atuações da intelectualidade envolvida com o debate de uma eugenia do tipo latino, ou do pensamento eugênico em países considerados de herança latina, remetem às questões relacionadas às culturas políticas consolidadas por autoritarismos concomitantemente ao processo de modernização dos Estados-nação<sup>13</sup>. E, por certo, pensar sobre a eugenia na América Latina é também ter em conta as interligações entre raça, gênero e nação, conforme assinalado no clássico trabalho de Nancy Stepan<sup>14</sup>. Nessa direção, considerou-se necessário relacionar abordagens referentes ao sanitarismo e ao higienismo, bem como as reverberações desse pensamento na construção identitária nacional, de forma a contemplar possíveis alcances das citadas sociedades e dos movimentos sociais eugênicos.

Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman atentam para as relações entre sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais, pois “os textos dos higienistas das três primeiras décadas do século XX ultrapassaram os limites do debate sobre saúde e informaram representações mais amplas sobre a sociedade”<sup>15</sup>. Os autores fazem menção ao movimento pró-saneamento rural na Primeira República (1889-1930), o qual “teve um papel central e prolongado

<sup>12</sup> BERLIVET, Luc André. “A laboratory for Latin eugenics: the Italian Committee for the Study of Population Problems and the international circulation of eugenic knowledge, 1920s-1940s” In *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, 2016, pp. 51-72.

<sup>13</sup> TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. *Latin Eugenics in Comparative Perspective*. Londres: Bloomsbury, 2014.

<sup>14</sup> STEPAN, Nancy Leys. *The Hour of Eugenics: Race, Gender, and Nation in Latin America*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1991.

<sup>15</sup> HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. “‘Pouca saúde e muita saúva’: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais” In HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz, Coleção História e Saúde, pp. 492-533, 2004, p. 495.

na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como elemento distintivo da condição de ser brasileiro”<sup>16</sup>.

A ideia de um “Brasil doente” indicava a formação de um brasileiro adepto aos hábitos relacionados à preguiça, sendo justamente nesse ponto que se pode perceber a relação e as reverberações de ideias sanitaristas ao pensamento social brasileiro. Considerar a doença ou a preguiça como traço distintivo da identidade nacional encontrava repercussão na produção de intelectuais representativos na política e na literatura no Brasil, como Mário de Andrade (1893-1945) que em *Macunaíma*<sup>17</sup> (1928) retratou alegórica e criticamente o universo folclórico indígena pela narrativa da vida de um “herói sem nenhum caráter”; alguém contraditório e ambientado pela eternização da preguiça e da prevalência à sexualidade. O “herói capenga” que penava “na terra sem saúde e com muita saúde”: “No fundo do mato-virgem, nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite”<sup>18</sup>.

Outro autor referencial foi Monteiro Lobato (1882-1948). Em *Urupês*, escrito em 1918, o autor escreve sobre o Jeca Tatu, um “caboclo” que vive no interior de São Paulo, desprovido do “sentimento de pátria”, ainda que o “fato mais importante em sua vida” seja “votar no governo”: “Vota. Não sabe bem em quem, mas vota. Esfrega a pena no livro eleitoral, arabescando o aranhão de gatafunhos e que chama ‘sua graça’”<sup>19</sup>. Importante pensar que 1918 é também o ano da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, da qual Monteiro Lobato fazia parte e era correspondente de Renato Ferraz Kehl (1889-1978), um dos intelectuais mais representativos da eugenia no Brasil, o fundador da referida Sociedade e também do Instituto Brasileiro de Eugenia, em 1929 (mesmo ano em que se realizou o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia), dentre tantas outras significativas atividades ligadas à eugenia em sua trajetória intelectual<sup>20</sup>.

---

<sup>16</sup> Ibid.

<sup>17</sup> Dentre o universo de leituras que permeavam os meios intelectuais das primeiras décadas do século XX, Mário de Andrade inspirou-se, para “Makunaimã”, nos estudos realizados pelo etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) que realizou pesquisas referenciais na Amazônia. Alguns dos resultados podem ser consultados, dentre outros, no livro do referido pesquisador intitulado *Do Roraima ao Orinoco* e do qual Mário de Andrade foi um leitor atento.

<sup>18</sup> ANDRADE, Mario de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 17. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979 [1928], p. 217.

<sup>19</sup> LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009 [1918], p. 173.

<sup>20</sup> SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019.

Impressionante é a forma hostil com que Monteiro Lobato contextualiza o tal Jeca Tatu nos assuntos sobre a política do país, no seu cotidiano de vida e na relação com a natureza que o cerca. Ao descrever a “natureza brasílica” permeada por “ipês floridos” e “rica de formas e cores”, sentencia que “o caboclo é o sombrio urupê de pau podre, a modorrar silencioso no recesso das grotas”; e, acrescenta, que em meio à tamanha “vida dionisíaca”, só o caboclo “não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive”<sup>21</sup>. Posteriormente, Monteiro Lobato reconsiderou algumas características do Jeca Tatu em relação ao seu entorno e cria, em 1947, o Zé Brasil, alguém que sofreria com a realidade latifundiária brasileira. Entretanto, o ponto crucial é que *Urupês* embasou fortemente ideais e propostas de caráter eugênico e teve grande repercussão nacional e internacional, assim como a divulgação em grandes proporções da imagem do Jeca Tatu como alguém pouco ou nada afeito ao trabalho, ou ao contrário, o habitante que vivia no interior do país, predestinado a ser preguiçoso e incapaz de um ato de ação política consciente.

Ainda que se possa dimensionar tanto o grau de consagração dos autores em questão, quanto a circulação de suas obras, é necessário destacar que a questão do mestiçamento da população era ponto central nas discussões de muitos intelectuais na primeira metade do século XX. Gilberto Freyre é um autor referencial para compreender o luso-tropicalismo, ideia que tomou contornos que corresponderam, e ainda correspondem, à falácia sobre uma alegada democracia racial brasileira. Necessário citar que: “Nas definições de luso-tropicalismo encontramos amiúde associações ao trabalho produzido por Gilberto Freyre. Mas as leituras da sua obra são diversas e podem ser apreendidas de formas ou sentidos diferentes”<sup>22</sup>. Fundamentalmente, é preciso questionar a abstração de uma hipotética excepcionalidade dos portugueses nos trópicos, pois “Continuar a reproduzir a ideia de que a colonização portuguesa foi diferente e melhor do que outras colonizações não enriquece o presente, nem contribui para a compreensão do passado”<sup>23</sup>.

Na esfera educacional, desde a Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934), a eugenia é recorrentemente evocada. Na própria redação da Constituição de 1934, declarou-se que é incumbência do Estado (União, estados e municípios) o estímulo à educação eugênica. A esse respeito, Giesbrecht e Matos consideram, no estudo sobre a apropriação do discurso

<sup>21</sup> LOBATO, op. cit., p. 177.

<sup>22</sup> CAHEN, Michel; MATOS, Patrícia Ferraz de. “New Perspectives on Luso-tropicalism. Novas Perspetivas sobre o Luso-tropicalismo” In *Portuguese Studies Review*, v. 26, n. 1, pp. 1-6, 2018, p. 4.

<sup>23</sup> Ibid.

médico-antropológico pelo Poder Legislativo brasileiro, que é essencial “refletir sobre a perenidade dos paradigmas que permearam o movimento eugênico do século passado”<sup>24</sup>.

É essencial, portanto, compreender a eugenia nos seus contextos de produção, sob o ponto de vista do discurso científico amparado fundamentalmente pela Medicina e pelas Ciências Sociais e, ainda mais especificamente, pela Antropologia, ou seja, por intelectuais que se valiam de argumentos científicos para mensurar antropometricamente graus de deficiência ou inaptidão (física e mental) à coletividade. Estabeleciam conexões no âmbito da ciência com a esfera política, notadamente pelas vias da Saúde Pública e da Educação Pública, de forma a designarem proposições para programas de formação escolar e familiar com base em critérios sanitaristas e raciais. Jerry Dávila analisa como as políticas sociais no Brasil no período de 1917 a 1945, foram estruturalmente demarcadas pelo viés racial. Processo histórico este que celebrava “uma identidade nacional racialmente democrática”, sintetizando uma segregação racial no país por meio de “mecanismos discretos e cotidianos que reproduzem e renovam desigualdades históricas”<sup>25</sup>.

Nessa direção, ideias de hereditariedade e de “degeneração” estiveram associadas às intervenções clínicas e pedagógicas no contexto da primeira metade do século XX, como foi o caso do Brasil e de Portugal. Por intermédio do protagonismo de uma intelectualidade bem posicionada social e politicamente, a produção de ideias sobre o melhoramento da espécie humana desde a infância tinha por finalidade “promover um padrão civilizatório, de acordo com o qual (e também por querer dar preponderância ao mesmo) era necessário impedir existências diferentes ou desviantes”; presumidamente, esses intelectuais estariam baseados por “estudos de cunho científico sobre a saúde (física e mental) na infância e por práticas demonstrativas do lugar social da criança no ambiente familiar, escolar e institucional”<sup>26</sup>.

Em suma, são diversas as questões que podem ser elencadas a partir das proposições científicas e conjecturas sobre o problema eugênico, higiênico e educacional da população e sua correlação com idealizações identitárias

<sup>24</sup> GIESBRECHT, Daniel Florence; MATOS, Patrícia Ferraz de. “A apropriação do discurso médico-antropológico pelo poder legislativo brasileiro: a eugenia como utopia regeneradora na Constituinte de 1934” In *Poiésis*, v. 16, n. 29, pp. 37-54, jan-jun, 2022, p. 51.

<sup>25</sup> DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: posição social e racial no Brasil – 1917 – 1945*. São Paulo: Unesp, 2006, p. 16.

<sup>26</sup> WEBER, Maria Julieta; MATOS, Patrícia Ferraz de. “Melhorar a espécie humana desde a infância: eugenia e higiene mental no Brasil e em Portugal (primeira metade do século XX)” In *Zero-a-Seis*, v. 25, n. 47, pp. 16-40, jan./jun., 2023, p. 35. Universidade Federal de Santa Catarina. Dossiê infância, racismo e educação infantil.

vinculadas a critérios de formação de um nacionalismo do tipo excludente e demarcado por preconceitos. É fundamental, sim, desenraizar tais pensamentos e reverter as reproduções das práticas daí decorrentes. E uma destas práticas dizem respeito às apropriações do discurso eugênico nas historiografias de cunho regional.

### Um Brasil “diferente”, pois “loiro”: a produção intelectual de representação identitária no Sul do Brasil

A “mancha loira” enquanto categoria de análise proposta por Bento Munhoz da Rocha Netto teve por base argumentações históricas e sociológicas, fundamentando-se por critérios de formação social e cultural na região Sul do Brasil. Consubstanciava-se pela conformação populacional para regiões específicas, seguindo delimitações cartográficas do que era definido, por um lado, como o Paraná “tingui” ou tradicional, produtor de erva-mate e, por outro lado, do Paraná “pioneiro” ou novo, produtor de café. O regionalismo foi ponto central na análise de Bento Munhoz. A ideia de tradição de uma elite ervateira seria a definidora, segundo ele, da demarcação política e administrativa do que corresponderia à própria formação do Paraná. Ressalte-se, inclusive que a economia decorrente da erva-mate no estado financiou uma ampla gama de produções desse teor bibliográfico.

Pode-se dizer que a questão da regionalidade para Bento Munhoz da Rocha Netto perpassava pelo ideário de nacionalidade a partir do enquadramento de uma civilização europeia e/ou norte-americana, numa aproximação com outros movimentos intelectuais na América do Sul<sup>27</sup>. Seguindo essa perspectiva, o intelectual em questão foi um dos mais representativos formuladores de discursos sobre a identidade regional paranaense, cuja matriz cultural de produção e disseminação de ideias denominadas “paranistas” teve como centralidade a cidade de Curitiba. É da capital do estado que se produziu um discurso legítimo de idealização de uma identidade regional paranaense<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> WEBER, Maria Julieta. “Bento Munhoz da Rocha Netto e a sua interpretação das Américas” In *Cadernos de História*, v. 18, n. 29, pp. 675-684, 2017.

<sup>28</sup> A este respeito: BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese (Doutorado em Sociologia) – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moínho do Verbo, 2001; PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997; WEBER, Maria Julieta. “O paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa” In *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, pp. 151-190, 2007; WEBER, Maria Julieta. *Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e histórica paranaense*. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

O livro *Presença do Brasil* de Bento Munhoz da Rocha Netto, publicado em 1960, constituiu-se num misto de elogio e contraposição ao modelo teórico de orientação regionalista de Gilberto Freyre, pois, para o autor, o Sul do Brasil não estaria contemplado nas abordagens explicativas do intelectual recifense. Ressalta também a questão da miscigenação, por ser compreendida como elemento diferenciador da ideia de mestiçagem na formação brasileira e assim contra-argumentava: “O Sul é branco. É mesmo a mancha loira do Sul do Brasil”, enquanto que “O mestiçamento brasileiro estabelece um contraste com as populações do Sul” e que tal “diversificação em face da normalidade brasileira” envolveria “uma vaga intuição de que influência cultural implique necessariamente em influência racial, como na Europa”<sup>29</sup>.

Nessa hipotética diversificação de uma suposta normalidade brasileira, no Sul haveria uma predisposição à “compreensão e simpatia diante do estrangeiro”. E ainda que declarasse que “Não há como não confundir, nestas alturas dos conhecimentos sociológicos e antropológicos, raça e cultura”<sup>30</sup>, era na inversão da proposição de Gilberto Freyre que sustentava o argumento da formação diferencial no Sul do Brasil pelo considerável fluxo migratório branco: “O loiro é o que moureja de sol a sol; o que corre os riscos da agricultura e amalha duramente os seus pecúlios. Loiro é o operário, o criado, o subordinado, o pobre, o humilde”. Ou ainda, “O loiro é o que se fixa e tem as suas aspirações e os seus ideais limitados à região”<sup>31</sup>.

Como se pode notar, Bento Munhoz da Rocha Netto também se apropriou do modelo de análise de Gilberto Freyre, porém, invertendo a questão naquilo que, de fato, queria enfatizar, ou seja, na herança europeia e branca do Sul do Brasil. O autor, ao ressaltar a importância do regionalismo no “processo de assimilação nacional” ou pela “função nacionalizante do regionalismo”<sup>32</sup>, respaldava-se justamente no argumento de que a diversidade regional do Sul estava contemplada notadamente pela imigração europeia de cor branca.

No Sul, pela inversão analítica da teoria de Gilberto Freyre, residiria também um “problema de assimilação, de reação psicológica”<sup>33</sup>. Exemplo, conforme apontado anteriormente, é a argumentação da necessidade do culto à “Mãe Loira” em contraposição ao culto da “Mãe Preta”: “no Sul, desde

<sup>29</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Presença do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 73.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Ibid., p. 62.

<sup>32</sup> Ibid., p. 60.

<sup>33</sup> Ibid., p. 72.

algumas gerações, a persistência no afluxo de correntes loiras, trouxe, com a manutenção da Mãe Preta, outra figura igual em dedicações e desvelos: - a Mãe Loira, a de olhos claros”<sup>34</sup>. Alegava, reiteradamente, que o critério não seria racial, mas cultural, embora a pigmentação fosse o elemento preponderante de diferenciação cultural em sua análise. Importante também perceber as atribuições de valor ao que considerava por perda de “sentido cultural” do mestiço em contraposição à tradição perpetuada pelo “brasileiro da mancha loira”. Nas palavras de Bento Munhoz da Rocha Netto:

Enraizou-se no Brasil a convicção de que o mestiço, o mulato, é indiscutivelmente brasileiro. E, de fato, é. Esta convicção tem motivação muito mais cultural, que racial. A brasilidade do mulato e do negro é suprema e indiscutida. Eles próprios não saberiam explicar-se de outro modo. Sabem eles de suas origens africanas. Mas perderam o sentido cultural de tais origens e a capacidade de comparar seus valores, como aqueles que, atualmente, os caracterizam. Essa é uma atitude diferente da assumida pelo brasileiro da mancha loira que tem presente a sua origem e compara, pela tradição que chegou até ele, transmitida verbalmente ou através da escrita, os valores culturais de seu passado com os que atualmente o estão definindo<sup>35</sup>.

Esta ideia de superioridade no que se refere ao “sentido cultural” presente somente no “brasileiro da mancha loira”, também está enraizada na proposta de *Um Brasil Diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*, de Wilson Martins, publicado em 1955, e reeditado em 1989, cuja primeira edição foi dedicada a Bento Munhoz da Rocha Netto. Dentre as contraposições que a referida obra repercutiu, cite-se o artigo de Cecília Maria Westphalen<sup>36</sup> (1927-2004), publicado em 1997 na então *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, indagando, desde o título se “Afim, existiu ou não, regime escravo no Paraná?”. Interessante evidenciar o espaço de tempo entre a formulação da questão por Wilson Martins, 1955, e a resposta de Cecília Maria Westphalen, 1997, ou seja, 42 anos da primeira edição e 8 da segunda. A autora delimitou territorialmente a análise ao litoral paranaense e ao denominado Planalto de Curitiba e dos Campos Gerais, a partir da consulta a documentos sobre os

<sup>34</sup> Ibid., p. 64.

<sup>35</sup> Ibid., pp. 72-73.

<sup>36</sup> Importante ressaltar que Cecília Maria Westphalen, ao longo da vida acadêmica, comungava, de forma bastante elogiosa, à consagração da obra de Gilberto Freyre. Sobre esta questão: WESTPHALEN, Cecília Maria. *A palavra do sul. Cem anos de Gilberto Freyre*. Curitiba: CD, 2000.

efetivos populacionais do Paraná entre 1772 a 1854, dentre os quais mapas gerais e listas nominativas de habitantes do Arquivo Público de São Paulo, um ensaio estatístico de Daniel Pedro Müller, de 1836, e um relatório de Zacarias de Góis e Vasconcelos, primeiro presidente de província no Paraná, de 1854, no qual apresentava-se um levantamento ordenado sobre a população um ano após a emancipação política do Paraná da Comarca de São Paulo. O censo brasileiro de 1772 não mencionava a população pela cor e, acrescentando-se, Cecília Maria Westphalen não incluiu os dados da localidade chamada “Povoação do Iapó”, porém, o quantitativo a que o estudo da autora se referia à população do Paraná, contemplava o critério da cor, que somando “pardos (mulatos) e negros”, ou “escravos e seus descendentes”, resultaria num percentual efetivo que “nunca foi inferior a 40%, chegando a 46,3%”<sup>37</sup>.

Mendonça em artigo sobre *Escravidão, africanos e afrodescendentes na ‘cidade mais europeia do Brasil’* indicou que a produção acadêmica de “parâmetros definidores” de uma história regional assentada em caracteres da imigração europeia, acabou por minimizar “a importância da escravidão na história regional, bem como a participação de africanos e seus descendentes na conformação da população local”<sup>38</sup>. Sobre a repercussão do livro de Wilson Martins em questão, comenta:

Estudando o que considerava que fossem fenômenos de aculturação no Paraná que, como dizia, decorriam do contato estabelecido entre estrangeiros de diversas origens europeias, Wilson Martins concluiu que a formação social da região não havia sido resultado da convivência entre índios, portugueses e negros, como ocorrera no ambiente social estudado por Gilberto Freyre. Isso porque, explicava ele, a história do Paraná fora absolutamente diversa da história do restante do país<sup>39</sup>.

Wilson Martins, portanto, em seu “ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná”, ao defender a ideia de que o Paraná seria “Um Brasil diferente”, atribuiu à formação do estado “uma civilização original, construída com pedaços de todas as outras”. O literato em questão justificava o argumento como um “ponto de vista sociológico”. Afirmava: “Sem escravidão,

<sup>37</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria. “Afim, existiu ou não, regime escravo no Paraná?” In *Revista SBPH - Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, n. 13, pp. 25-63, 1997, pp. 26-27.

<sup>38</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. “Escravidão, africanos e afrodescendentes na ‘cidade mais europeia do Brasil’: identidade, memória e história pública” In *Tempos Históricos*, UNIOESTE, v. 20, n. 1, pp. 218-240, 2016, p. 225.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 224.

sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que sua edificação humana não é brasileira”. “Assim é o Paraná”, escreveu ao concluir a obra<sup>40</sup>. Tratando essencialmente da imigração de cor branca no Paraná, caracterizava o que alegava por constituir-se num “brasileiro do Paraná”. Em um dos subtítulos do livro intitulado “Não houve escravidão no Paraná”, Wilson Martins fez afirmações contundentes quanto aos aspectos raciais e indicou um “tipo físico” em específico, enquanto resultado de “fenômenos de aculturação”:

esse belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distinguia, ainda, dos demais brasileiros, por um traço de fundamental importância; não se misturava com o negro, existente em reduzidíssimo número em toda a província no decorrer da sua história, e que por isso não chegou a invadir sexualmente os hábitos desses rústicos senhores primitivos<sup>41</sup>.

Afirmava também que o Paraná “sugeria projetos avançados de higiene social”<sup>42</sup>, pois juntamente com a imigração, seria “a inexistência da grande escravidão o aspecto mais característico da história social do Paraná”, diferenciando-o “inconfundivelmente de outras regiões brasileiras, como a que compreende o Rio de Janeiro e o Nordeste, por exemplo”<sup>43</sup>. Wilson Martins distinguia, portanto, “miscigenação do sul da do norte do Brasil” e defendia um tipo de miscigenação ideal caracterizada por “brancos de povos diversos” ao contrário de “brancos e negros”. Ou seja, caracterizava um “tipo físico do homem sulino”, tendo em conta “notáveis sinais de cruzamento de sangue europeus, principalmente dos diversos povos dólicos<sup>44</sup> entre si”<sup>45</sup>:

A estatura, a cor dos cabelos e dos olhos, a conformação sanguínea, seriam outros tantos aspectos a observar no sentido da fixação de uma medida científica de miscigenação que aqui se

<sup>40</sup> MARTINS, op. cit., p. 446.

<sup>41</sup> Ibid., pp. 127-128.

<sup>42</sup> Ibid., p. 135.

<sup>43</sup> Ibid., p. 128.

<sup>44</sup> Gilberto Freyre, op. cit., 2006, pp. 65-67, ao defender a tese da “predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos” ou da simulada “aptidão para a vida tropical”, discorre sobre o que aponta por “passado étnico, ou antes, cultural” dos colonizadores portugueses enquanto um “povo indefinido entre a Europa e a África”. Para tanto, refere-se a uma “massa de dólicos morenos” como constitutiva da formação de “população tão movediça”, citando, dentre outros autores, Mendes Correia (1888-1960) e o seu estudo sobre “Os criminosos portugueses” (1914), no que se refere às questões de “fundo antropológico do povo português”. Sobre Mendes Correia: MATOS, Patrícia Ferraz de. *Anthropology, Nationalism and Colonialism: Mendes Correia and the Porto School of Anthropology*. Oxford & New York, Berghhan Books, 2023.

<sup>45</sup> Ibid., p. 3.

fez e se faz mais entre brancos de povos diversos (portanto num caldeamento de proporções incalculáveis) do que entre brancos e negros que é o tipo de mestiçamento, com as suas subclasses mais comum no norte do Brasil<sup>46</sup>.

A partir do que entendia por “miscigenação”, alegava não ter havido propriamente mestiçamento no Sul do Brasil, daí constituir-se num “Brasil diferente”:

Quando se fala em mestiço nos estados do Paraná e Santa Catarina, é difícil supor o mulato ou o mameluco, que existem em proporções mínimas, mas deve-se entender o misturado de elementos diversos de raça branca, o que não chega cientificamente a ser um mestiçamento no sentido rigoroso da palavra<sup>47</sup>.

A defesa de uma “típica influência cultural estrangeira nas populações meridionais do Brasil” perpassava pelo que o autor classificava por um “tipo industrial de civilização” em contraposição ao “tipo agrícola e pastoril “do norte no país”<sup>48</sup>, assim como pelo que categorizava por uma “nova sub-raça paranaense”, que “dentro em pouco dominará pelo estado inteiro, população cujo fundo é constituído em muito pela corrente imigração europeia, principalmente polaca, alemã e italiana”<sup>49</sup>. O que reforçava o argumento da “ausência de português” no Sul em comparação ao que Gilberto Freyre indicava para a região Nordeste do país. Afirmava, ainda, que não era “somente a alvura da pele o que impressiona o observador do homem paranaense”, mas “todo o conjunto de traços físicos europeus que se substituíram aos da definição clássica do ‘brasileiro’”<sup>50</sup>.

Márcio de Oliveira, ao tratar dos elementos biográficos de Wilson Martins, questionou sobre “que objetivos teriam sido buscados por um crítico literário convicto”, quando escreveu “um livro de sociologia e antropologia sobre a identidade cultural do Paraná?” Contra-argumenta justamente pela apropriação de Wilson Martins da proposta sociológica de Gilberto Freyre, pois o objetivo foi justamente escrever para o Sul do Brasil “aquilo que Gilberto Freyre havia realizado para o país como um todo em *Casa Grande & Senzala*”<sup>51</sup>.

---

<sup>46</sup> Ibid.

<sup>47</sup> Ibid.

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> Ibid., p. 135.

<sup>50</sup> Ibid.

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Márcio de. “O ‘Brasil Diferente’ de Wilson Martins” In *Caderno CRH – Centro de Estudos e Pesquisas*

E nessa direção, Wilson Martins “pretendia compreender os processos de aculturação dos elementos europeus não-portugueses em terras do Sul”, já que “atribuiu ao seu trabalho o subtítulo ‘Ensaio sobre fenômenos de aculturação do Paraná’<sup>52</sup>. O próprio Wilson Martins, ao se referir ao pensamento de Gilberto Freyre, comentou que haveria alguns “certos pormenores que escaparam à argúcia e à erudição desse renovador da sociologia brasileira”<sup>53</sup>. Estabelecendo comparativos com a astronomia no que se refere ao “comportamento” dos planetas, elencava os “elementos perturbadores”, “pormenores” que dariam “um caráter de todo diferente do da região especialmente estudada pelo sr. Gilberto Freyre”, que para além do “Nordeste brasileiro” englobaria “os vastos domínios da cultura luso-tropical”. O ponto fundamental seria, portanto, a presença do imigrante, em primeiro lugar, e, depois, a ausência do português e a inexistência de escravidão, de tal forma que os dois últimos não chegam a atuar como forças sociológicas ponderáveis” aos “estados meridionais”<sup>54</sup>.

Embora aborde o Sul do Brasil, a ênfase da análise seria o estado do Paraná: “Falo em estados do sul por um arrojo talvez impensado de generalização, porque os estudos que iniciei se referem exclusivamente ao Paraná”<sup>55</sup>. Importante perceber elementos comparativos com a abordagem luso-tropicalista de Gilberto Freyre no que se refere à questão da “plasticidade” naquilo que caracterizava por “homens norte-europeus” que, inversamente, fariam o papel de “portugueses do sul”. Assim escreveu Wilson Martins:

O imigrante, num espaço de tempo extraordinariamente curto, deixou de se sentir imigrante para se amoldar por completo à nova terra, da mesma forma por que a amoldava aos seus próprios hábitos, experiências, tradições. Nesse particular, os homens norte-europeus e, por “simpatia”, os de outras etnias, demonstraram no clima temperado do Paraná a mesma plasticidade admirável que o sr. Gilberto Freyre verificou nos portugueses “lançados” em zonas tropicais. Eles foram, sob esses aspectos, no processo aculturativo, os portugueses do sul<sup>56</sup>.

Esse tipo de argumentação regional de ocupação territorial ora pelos portugueses, ora pelos imigrantes europeus, embasava-se em delimitações

---

em *Humanidades*, Salvador, v. 18, n. 44, pp. 215-221, maio/ago, 2005, p. 217.

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> MARTINS, op. cit., p. 5.

<sup>54</sup> Ibid.

<sup>55</sup> Ibid.

<sup>56</sup> Ibid., p. 6.

cartográficas do que se denominava por vazios demográficos. De acordo com o estudo de José Rogério Beier, a designação de “Sertão desconhecido” consta no “Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo”, de Daniel Pedro Müller. No entanto, o termo não foi propriamente introduzido ou criado pelo mesmo, pois essa expressão já era utilizada em mapas do século XVIII e XIX, conforme constante no “Mappa da Capitania de São Paulo”, acervado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Delimitar um espaço “desabitado” enquanto “Sertão desconhecido”, acabava por circunscrever uma vasta “área muito bem delimitada e demarcada, isto é, a Província de São Paulo”, demonstrando-se “o interesse da administração provincial em garantir sua posse sobre uma área tida como ‘desocupada’”<sup>57</sup>. E, ainda, a necessidade de divulgação da ideia de vazio demográfico ou da área tida como desocupada, haja vista “a importância de se imprimir diversas cópias para enviá-las aos órgãos administrativos da Corte e das demais províncias do Império”<sup>58</sup>. Coloca-se em questão, nesse ponto, os possíveis desdobramentos das ideias de um interior desconhecido, desabitado e desocupado? Quantos silenciamentos e invisibilidades decorrem desse tipo de produções e veiculações?

Nísia Trindade Lima, ao discorrer sobre as interpretações do Brasil e as representações geográficas da identidade nacional, aborda sobre o regionalismo em correlação direta com abordagens de cunho literário e científico, vide a proposição da autora sobre os “sertões imaginados” e as “(re) descobertas” pelas expedições e missões civilizatórias ao interior do Brasil, dentre as quais as campanhas sanitaristas que tomaram corpo científico nas primeiras décadas do século XX. Se a “perspectiva médica adotada ao se olhar para os *sertões brasileiros* transforma-se numa questão da cultura e da política compartilhada”, é justamente porque “para os intelectuais-cientistas do primeiro período republicano, sertão integra o mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista”<sup>59</sup>.

## Considerações finais

O estudo justificou-se especialmente pelo contexto político atual de recrudescimento de racismos e de retorno à noção de “raça”, bem como a posicionamentos sectaristas e seletivos no que concerne às proposições

<sup>57</sup> BEIER, José Rogério. “Daniel Pedro Müller e a trajetória de seu Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo (1835-1842)” In *Revista Brasileira de Cartografia*. Rio de Janeiro, n. 67/4, pp. 817-836, 2015, p. 825.

<sup>58</sup> Ibid.

<sup>59</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed., aumentada. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 107; 146.

identitárias excludentes de cunho ora nacional, ora regional. A idealização de um Paraná “loiro e europeu” consubstanciou-se pela representação identitária que delineou uma historiografia tida no seu contexto de produção como legítima, autorizada e definidora de diretrizes para o estudo da história regional. A análise aqui empreendida das produções intelectuais de Bento Munhoz da Rocha Netto e Wilson Martins, ancoradas em suas próprias vivências acadêmicas e políticas, diz respeito especialmente ao que ambos atribuíram a uma hipotética inversão de análise, mas de forma a não questionarem o valor de consagração da assertiva da tal plasticidade alegada por Gilberto Freyre.

A proposição deste artigo foi justamente investigar sobre essas produções intelectuais, compreendendo que é fundamental desenraizar o passado e trazer ao debate as aproximações destas produções aos princípios eugênistas, de forma a abrir caminho para outras escritas da história, porém, de forma a compreender o alcance dessas idealizações também na atualidade. Se questões eugênicas foram outrora tidas enquanto proposições científicas, enredadas pelo fomento higiênico, social, mental, escolar e racial da primeira metade do século XX, certamente que as suas correlações com o pensamento social no que se refere às idealizações identitárias ainda persistem em outros formatos, seja em visões de regionalidades demarcadas por ideias de “heróis capengas”, representativos de uma população dita mestiça, seja por ideias de “regeneração” dos preguiçosos “jecas tatus”. Projetos estes alicerçados por um tipo de nacionalismo salvacionista e, por conseguinte, excludente e fortemente demarcado por preconceitos e discriminações.

É fundamental, portanto, analisar as ações e os movimentos intelectuais, buscando compreender os debates historiográficos do tempo presente correlacionados às questões da memória, dos esquecimentos e dos silenciamentos. Redimensionar as diferenças regionais e os processos históricos de ocupações territoriais, de modo a contrapor representações identitárias baseadas em projetos ditos científicos de “regeneração” populacional. Desconstruir ideias intencionalmente equivocadas de vazios demográficos, de pretensas superioridades culturais e de posicionamentos identitários segmentários.

## Fontes

ANDRADE, Mario de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 17. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979 [1928].

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009 [1918].
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Presença do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. (Edições do Senado Federal, v. 27). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005 [1918].

## Referências

- BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese (Doutorado em Sociologia) – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- BEIER, José Rogério. “Daniel Pedro Müller e a trajetória de seu Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo (1835-1842)” In *Revista Brasileira de Cartografia*. Rio de Janeiro, n. 67/4, pp. 817-836, 2015.
- BERLIVET, Luc André. “A laboratory for Latin eugenics: the Italian Committee for the Study of Population Problems and the international circulation of eugenic knowledge, 1920s-1940s” In *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, 2016, pp. 51-72.
- CAHEN, Michel; MATOS, Patrícia Ferraz de. “New Perspectives on Luso-tropicalism. Novas Perspetivas sobre o Luso-tropicalismo” In *Portuguese Studies Review*, v. 26, n. 1, 2018, pp. 1-6.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: posição social e racial no Brasil – 1917 – 1945*. São Paulo: Unesp, 2006.
- GIESBRECHT, Daniel Florence; MATOS, Patrícia Ferraz de. “A apropriação do discurso médico-antropológico pelo poder legislativo brasileiro: a eugenia como utopia regeneradora na Constituinte de 1934” In *Poiésis*, v. 16, n. 29, pp. 37-54, jan-jun, 2022.
- HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. “‘Pouca saúde e muita saúva’: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais” In HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença*

na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz, Coleção História e Saúde, pp. 492-533, 2004.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed., aumentada. São Paulo: Hucitec, 2013.

MATOS, Patrícia Ferraz de. *Anthropology, Nationalism and Colonialism: Mendes Correia and the Porto School of Anthropology*. Oxford & New York, Berghhan Books, 2023.

\_\_\_\_\_. “As cores do racismo português: do colonialismo à actualidade” In *Público*, 31 de janeiro de 2021, Ano XXXI, n. 11237, pp. 16-17, 2021.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. “Escravidão, africanos e afrodescendentes na ‘cidade mais europeia do Brasil’: identidade, memória e história pública” In *Tempos Históricos*, UNIOESTE, v. 20, n. 1, pp. 218-240, 2016.

OLIVEIRA, Márcio de. “O ‘Brasil Diferente’ de Wilson Martins” In *Caderno CRH – Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades*. Salvador, v. 18, n. 44, pp. 215-221, maio/ago. 2005.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019.

STEPAN, Nancy Leys. *The Hour of Eugenics: Race, Gender, and Nation in Latin America*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1991.

TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. *Latin Eugenics in Comparative Perspective*. Londres: Bloomsbury, 2014.

WEBER, Maria Julieta; MATOS, Patrícia Ferraz de. “Melhorar a espécie humana desde a infância: eugenia e higiene mental no Brasil e em Portugal (primeira metade do século XX)” In *Zero-a-Seis*, v. 25, n. 47, pp. 16-40, jan./jun., 2023. Universidade Federal de Santa Catarina. Dossiê infância, racismos e educação infantil.

\_\_\_\_\_. “Produção intelectual de um Paraná loiro e europeu: o Brasil que nunca foi diferente” In *SUasnábar*, Claudio; WEBER, Maria Julieta; OLIVEIRA, Natália

Cristina de (Orgs.). *Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais: educação, intervenções e culturas*. Porto Alegre, RS: FI, pp. 211-237, 2022.

\_\_\_\_\_. “Bento Munhoz da Rocha Netto e a sua interpretação das Américas” In *Cadernos de História*, v. 18, n. 29, pp. 675-684, 2017.

\_\_\_\_\_. *Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e histórica paranaense*. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

\_\_\_\_\_. *Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional de formação social e histórica paranaense*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

\_\_\_\_\_. “O paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa” In *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, pp. 151-190, 2007.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *A palavra do sul. Cem anos de Gilberto Freyre*. Curitiba: CD, 2000.

\_\_\_\_\_. “Afinal, existiu ou não, regime escravo no Paraná?” In *Revista SBPH - Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, n. 13, pp. 25-63, 1997.

Artigo recebido para publicação em 11/07/2024

Aprovado em 26/07/2024.